

O TABACO: PERCURSO DE UMA “PLANTA MEDICINAL” ENTRE A AMÉRICA E A EUROPA **

Arlindo Manuel Caldeira

Centro de História de Além Mar da Universidade Nova de Lisboa
arlindo.mc@mail.telepac.pt

Resumo

Ao chegarem ao continente americano, espanhóis e portugueses encontraram generalizado o consumo do tabaco. Os ameríndios usavam a planta (cujas espécies mais comuns eram a *Nicotiana tabacum* e a *Nicotiana rustica*) em cerimónias de carácter mágico-religioso mas também na vida quotidiana, com finalidades recreativas e terapêuticas. Os europeus, saídos de um continente com índices de morbidade elevadíssimos, e sempre à procura, no mundo vegetal e animal que se lhe ia abrindo, de remédios para as suas queixas, quiseram acreditar que tinham descoberto a panaceia universal, a “erva santa” ou “erva para todos os males”.

Por isso, foi relativamente rápida a adesão dos colonos europeus ao tabaco, mas o consumo, na forma fumada, depressa se tornou em vício e ganhou sobretudo características recreativas. Foi nos mesmos moldes que o “contágio” passou às tripulações dos navios e que estas o trouxeram para a Europa. O sucesso não é grande nos países do Sul, por preconceitos sociais, sendo maior a aceitação do tabaco de fumo na Europa do Norte. Irá ser como planta medicinal que o tabaco teve acolhimento na Europa do Sul e, quando passa a consumo social e recreativo, será na versão em pó ou em rapé, aspirado pelo nariz.

Palavras-chave: Tabaco; Erva santa; Planta medicinal; História do tabagismo; Ameríndios; Europa do Norte; Europa do Sul; Séculos XVI-XVII.

1. ENTRE OS AMERÍNDIOS

Apesar de, ao longo do tempo, terem sido atribuídas outras origens para a planta do tabaco, é hoje indiscutível o seu berço americano (algures no sopé oriental da cordilheira dos Andes). Estão identificadas cerca de sessenta espécies, que, desde Lineu, vêm sendo agrupadas no género *Nicotiana* e integradas na família das *Solanáceas*, de que fazem parte muitas outras plantas como a batata, o tomate, os pimentos, a beringela e o fisális. À data da chegada dos europeus ao Novo Mundo, os sub-géneros mais comuns eram, tudo leva a crer, a *Nicotiana tabacum*, mais comum na América do Sul, e a *Nicotiana Rustica*, endémico na América Central, de onde migrara para a América do Norte. Embora crescesse de forma espontânea um pouco por todo o continente, a planta do tabaco era também já objecto de cultivo doméstico por parte de algumas tribos ameríndias, numa área descontínua e difícil de determinar mas que corresponderia, grosseiramente, aos territórios actuais do México, da Venezuela e do Norte da Colômbia.

Quanto ao consumo do tabaco, a sua área de expansão cobria, nos séculos XVI e XVII, a maior parte do território americano, do Sul do Canadá às pampas argentinas.

Era, porém, na fachada atlântica que parecia ser maior o interesse pela planta, não fumando ou fumando pouco, os habitantes do Chile ou os Incas do Peru.

O início do consumo, segundo sugerem as escavações arqueológicas, pode remontar a datas anteriores à era cristã e, no México, em frescos do primeiro milénio, o tabaco já aparece associado à dignidade sacerdotal. Sabemos hoje, aliás, que o tabaco teve um papel central na maioria das civilizações americanas pré-colombianas, que, por isso mesmo, já têm sido chamadas “civilizações do tabaco” (LIBERMANN, 1975).

Considerado sagrado e participando, em muitas delas, dos mitos cosmogónicos da criação do mundo, desempenhava, em quase todas, funções sociais bastante diversificadas. À parte o eventual uso quotidiano de carácter recreativo, estava presente em muitas cerimónias de carácter mágico-religioso e era usado com fins terapêuticos, nem sempre sendo possível distinguir, verdadeiramente, onde terminavam, por exemplo, os ritos divinatórios e começavam as práticas medicinais. É também provável que, nalgumas dessas cerimónias, o tabaco fosse consumido misturado com outras plantas pois as descrições de efeitos alucinogénicos, com alterações significativas no estado de consciência e no comportamento, não parecem compagnar-se apenas com o tabagismo.

Entre os Ameríndios, as formas de consumo variavam. Não sendo desconhecidos outros processos, nomeadamente o mascar, era o fumo que claramente estava mais difundido, queimando-se, muitas vezes, as folhas em fogueiras, com as pessoas à volta a aspirar a fumarada produzida. Quanto à geografia do consumo “individual”, é costume desenhar um paralelo, que atravessaria, *grosso modo*, a zona do México, a norte do qual se fumava cachimbo (quem não se lembra do “cachimbo da paz” dos índios da América do Norte nos velhos *westerns*), enquanto que, ao sul, se preferiria uma espécie de charuto. Sabe-se hoje que essa divisão é artificial e que, no que toca ao Caribe e à América do Sul, esses “charutos” coabitaram com cachimbos tubulares (aliás facilmente confundíveis uns com os outros, por parte de observadores pouco experimentados), feitos de madeira, de cana ou de outros materiais.

As funções terapêuticas do tabaco eram reconhecidas e proclamadas praticamente por todos os grupos ameríndios, sendo a planta usada para uma infinidade de doenças, das feridas exteriores às moléstias mais complicadas, mediante diferentes posologias: inalando o fumo; aspirando pelo nariz as folhas secas depois de

reduzidas a pó; mastigando as raízes ou as folhas; aplicando sobre a zona afectada emplastos obtidos por decocção das folhas... Claro que, como já ficou dito, mesmo quando os efeitos pretendidos eram medicinais, o meio de actuação continuava a ser, na maior dos casos, mágico-religioso e a sua prescrição ou aplicação tarefa dos feiticeiros.

No que diz respeito aos índios do Brasil, as funções mágico-religiosas associadas ao fumo estão bem documentadas, sendo, na circunstância, o tabaco entendido como um sacrifício ou uma oferenda que possibilitava o contacto com o sagrado. Os seus protagonistas eram os *xamãs* ou *pagés*, os influentes “feiticeiros” das comunidades ameríndias que, consumindo grandes quantidades de tabaco (com outras substâncias adicionadas?) a uma cadência muito rápida, autoprovocavam formas de intoxicação aguda ou de sobre-excitação, com a intenção de induzir o transe e as visões, modos de contactar os espíritos e de poder exercer as práticas divinatórias que deles eram esperadas. O padre Simão de Vasconcelos, já na segunda metade do século XVII, conta como os *xamãs* se socorriam do fumo do tabaco “até ficarem perturbados e como tomados de vinho”. Começavam então a fazer “visões e cerimónias, como se foram endemoinhados, e dizem aos outros o que lhes vem à boca... A uns ameaçam a morte, a outros más venturas, a outros boas” (VASCONCELOS, 1865: 101). Jean de Lery, por sua vez, relata que, entre os Tupinambás, os *caraíbas* (uma espécie de feiticeiros itinerantes) utilizavam o tabaco em cerimónias de preparação para a guerra, rodopiando e soprando o fumo na direcção de todos os presentes, ao mesmo tempo que diziam: “Para que vençais os vossos inimigos, recebei o espírito da força” (LERY, 1975: 247).

Os europeus, embora tendo dificuldade, por preconceitos etnocêntricos, em entender o contexto religioso, adivinharam no interesse dos Ameríndios pela planta inestimáveis potencialidades medicinais.

Em 1555, o 2º Governador do Brasil, D. Duarte Costa, apontava o tabaco como a “mezinha que nesta terra sara os homens e as alimárias de muitas doenças”ⁱ e, alguns anos depois, Fernão Cardim reconhecia-o útil “para várias enfermidades, como feridas, catarros e, principalmente, serve para doentes da cabeça, estômago e asmáticos” (CARDIM, 1997:123-124). Quanto à simbiose entre a medicina e a magia, o padre José Anchieta, por exemplo, pôde testemunhar a forma como os *xamãs* defumavam os doentes nas partes supostamente afectadas (ANCHIETA, 1886: 28).

Uma questão que tem sido discutida é a de saber se já haveria, na América pré-colombiana, consumo de tabaco fora da esfera ritual e mágica. Céspedes del Castillo considera que, pelo menos no México pré-hispânico, embora o consumo estivesse muito difundido, não havia “uso profano” do tabaco, sendo a sua dessacralização uma das consequências da colonização europeia (CÉSPEDES DEL CASTILLO, 1992: 23). No entanto, parece ser seguro que noutras zonas da América, o tabaco podia ter já funções exclusivamente recreativas. Pelo menos (embora saibamos a insensibilidade dos colonizadores perante as culturas alheias, particularmente no campo religioso) são como tal que são descritas algumas cerimónias colectivas e, sobretudo, os longos ócios com o tabaco por companhia. O padre jesuíta Fernão Cardim, depois de descrever, cerca de 1580, a técnica de fumar, acrescenta: “é uma das delícias e mimos desta terra e são todos os naturais [...] perdidos por ela [a chamada erva-santa] e têm por grande vício estar todo o dia e noite deitados nas redes a beber fumo, e assim se embebedam dela como se fora vinho”(CARDIM, 1997: 124).

Fosse como fosse, e admitindo que o peso das diferentes funções pudesse variar de comunidade para comunidade, o certo é que a prática do consumo do tabaco pelos Ameríndios estava generalizada no século XVI e, provavelmente, muito antes. Tratava-se, porém, de um costume quase exclusivamente masculino e, mesmo hoje, há ainda tribos ameríndias em que as mulheres estão proibidas de fumar (COOPER, 1987:102). Enquanto no *Diário de Bordo* de Colombo se dá a entender, como veremos adiante, que alguns tripulantes tinham visto homens e mulheres a fumar, o padre Las Casas alguns anos depois, com o seu melhor conhecimento da realidade local, retomará essa passagem do *Diário* mas restringindo já o consumo ao sexo masculinoⁱⁱ. O francês Lery também testemunhou o facto, estranhando não ver mulheres a usar o tabaco (LÉRY, 1975: 190), enquanto que o padre Cardim esclarece que “as mulheres também o bebem, mas são as velhas e enfermas” (CARDIM, 1997: 175), isto é, os elementos do sexo feminino, por não participarem nas cerimónias rituais, apenas o tomavam por razões de carácter predominantemente medicinal. Essa masculinização do fumo não deve ter desagradado aos colonos, eles próprios homens, em esmagadora percentagem, e chegados de um mundo ferozmente androcêntrico.

Os nomes dados à *Nicotiana* pelos Ameríndios variavam de região para região (KELL,1966: 590-599), o que não admira devido ao relativo isolamento da maioria desses povos. Entre os vocábulos que foram retidos pelos colonizadores e chegaram a

ter aceitação na Europa estão *picietl* e *petum*. O primeiro era usado pelos Aztecas tendo sido espanholizado para a forma *piciete*. O segundo, que também aparece grafado como *petuma*, *petigma* e *petima*, era o nome tupi para o tabaco, nome que, a partir do Brasil, foi adoptado pelos portugueses, durante décadas, para designar a planta e conheceu alguma divulgação na Europaⁱⁱⁱ.

Quanto ao vocábulo, propriamente dito, de *tabaco*, para o qual foram procuradas, ao longo do tempo, as etimologias mais delirantes, era usado pelos Taínos, o povo que dominava a generalidade das ilhas das Caraíbas aquando da chegada de Colombo (PARDO TOMÁS & LÓPEZ TERRADA, 1993: 226). Originalmente não designava a espécie vegetal mas sim o primitivo “charuto” e o artefacto destinado a inalar o fumo, no entanto o campo semântico da palavra ir-se-á alargando, pelo menos entre os colonos, primeiro ao acto de fumar, depois à própria planta.

2. A ADOÇÃO PELOS EUROPEUS NAS AMÉRICAS

O mais antigo contacto dos europeus com o tabaco deve remontar à primeira viagem de Cristóvão Colombo (1492). Logo na chegada a Guanahani (Bahamas) e, dias depois, a caminho de Cuba o próprio almirante teve conhecimento de umas “folhas secas” que eram muito apreciadas pelos Índios. Se, nesse caso, tem sido discutido se seriam já folhas de tabaco, debate que não cabe aqui, não parece haver dúvidas quanto à segunda menção constante do *Diário de Bordo* (na versão do P.^{de} Bartolomé de las Casas, a única conhecida). Aí se refere que dois marinheiros enviados a terra, no Norte de Cuba, encontraram no caminho “muchacha gente que atravessava a sus pueblos, mugeres y hombres con un tizon en la mano y yervas para tomar sus sahumeros que acostumbravan” (NUÑEZ JIMÉNEZ, 1992: 39).

Se a primeira atitude dos europeus em relação ao tabaco foi de estranheza face ao insólito, depressa a curiosidade levou à vontade de experimentar. E não tardou que o consumo se enraizasse como vício, sendo a popularidade do tabaco, entre os colonos espanhóis e portugueses das Américas, um dos fenómenos mais curiosos de aculturação dos colonizadores pelos colonizados.

Como é sabido, não era, nem viria a ser, o único dos estimulantes e narcóticos com que os povos ibéricos entravam em contacto. Lembremos, a título de exemplo, a *noz de cola*, tão popular na costa ocidental africana da Senegâmbia a Angola; o *bétele* (só ou envolvendo a areca) usado na metade sul da Índia e em todo o Sueste asiático,

cujo consumo fôra observado pelos portugueses logo na primeira viagem de Vasco da Gama; o *cannabis*, preparado sob a forma de *haxixe*, conhecido em todo o litoral do Índico; o *ópio* corrente na Índia; a folha de *coca* tão apreciada pelos índios dos planaltos andinos e de algumas manchas da bacia amazónica e da América Central. Todos estes estimulantes, a maioria deles usados como masticatórios, foram experimentados e consumidos, com maior ou menor regularidade, por grupos localizados de europeus. Nada que se assemelhe, todavia, ao sucesso do tabaco.

A par de uma certa resistência aos masticatórios, associados na Europa aos ruminantes (MARGARIDO, 1994: 39), não vejo outras razões para essa diferença de comportamentos senão, por um lado, os créditos terapêuticos atribuídos pelos ameríndios ao tabaco, a que os europeus não foram insensíveis, e, por outro, a atitude ambivalente que se observava, na Europa, em relação ao fumo, que era a forma mais corrente de consumo de tabaco no Novo Mundo. Se o fumo podia ser, e era, associado a práticas demoníacas e ao próprio imaginário do Inferno, era também ritualmente sacralizado, por exemplo através da queima de incenso nas cerimónias religiosas. Além disso, domesticamente, os defumadouros eram recomendados contra certas doenças e usados correntemente para afastar os miasmas nos quartos dos enfermos^{iv}. É escusado lembrar que a etimologia das próprias palavras “perfume” e “perfumar” remete exactamente para lançar fumo, fumegar...

A possibilidade de associar um hábito novo a práticas que já eram conhecidas, e bem aceites socialmente, ajudou, por certo, a diminuir o efeito de estranheza e facilitou a aceitação, a curto prazo, do uso de fumar tabaco.

A ilha Hispaniola (ou *La Española* ou *São Domingos* ou *Haiti*), o primeiro território americano a ter uma população europeia estável, foi seguramente aquele onde primeiro se deu, não sabemos quando, o “contágio” tabagista dos índios para os colonos. Gonzalo Fernández de Oviedo, que esteve por três vezes na América entre 1514 e 1533, fornece-nos informações interessantes no livro que publicou em 1535. Uma delas é a de que a população africana escrava, que crescia em proporção inversa à dos ameríndios, aderira massivamente ao consumo do tabaco. A outra é a de que já seguiam o mesmo caminho “alguns cristãos”, como forma de aliviar eventuais dores provocadas pelo “mal de bubas” (sífilis)^v. A única dúvida é se o autor não está a confundir o tabaco com a *cohoba* ou, pelo menos, com uma mistura das duas plantas.

Seja como for, o padre Bartolomé de las Casas, que conheceu bem a América espanhola nas primeiras décadas do século XVI, confirma a penetração do tabagismo entre os colonos da ilha: “Españoles cognoscí yo en esta isla Española, que los acostumbraron a tomar [a uns “mosquetes” cheios de tabaco], que siendo reprendidos por ello, diciéndoseles que aquello era vicio, respondían que no era en su mano dejallos de tomar”^{vi}. E o médico Monardes, embora escrevendo mais tarde (1571) e a partir de Sevilha, atesta o uso do tabaco pelos escravos africanos: “Los negros que han ido destas partes a las Indias han tomado el mismo modo y uso del tabaco que los Indios: porque quando se veen cansados lo toman por narizes e boca” (MONARDES, 1580: 36r).

No Brasil, à parte casos pontuais, só depois da instalação do Governo-Geral (1548), com o aumento do número de portugueses no terreno e a maior frequência nas relações com os autóctones, é que o consumo do fumo de tabaco, a par, aliás, com novas práticas alimentares, deve ter entrado nos hábitos da população de origem europeia. Em Janeiro de 1550, o padre Manuel Nóbrega, provavelmente o primeiro português e um dos primeiros europeus, a referir por escrito as virtudes terapêuticas do tabaco, confessava ter necessidade de fumar por motivos de saúde mas evitava fazê-lo, por razões a que voltaremos, e afirmava que “até agora não há nenhum dos nossos irmãos que a use, como também o não fazem os outros cristãos”^{vii}, o que seria eventualmente verdade para aqueles que o rodeavam, mas dificilmente se aplicava ao conjunto dos colonos, como, de certa forma, se contém na própria negação, particularmente no inseguro “até agora”.

De facto, poucos anos depois, em 1555, sabemos que já fumavam não só alguns “homens baixos”, mas indivíduos socialmente bem colocados, como o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho. Este, homem já de idade respeitável e tendo atrás de si uma longa e brilhante carreira militar no Oriente, considerava mesmo “não ter vida” sem o fumo^{viii}.

A divulgação do tabaco entre os colonos deve ter ido em crescimento contínuo. Cerca de 1584, o padre jesuíta Fernão Cardim contava como os Portugueses eram, tal como “todos os naturais”, perdidos pelo fumo do tabaco (CARDIM, 1997: 124) e, num outro texto, acrescentava que “grande parte dos Portugueses bebem este fumo, e o têm por vício, ou por preguiça, e imitando os Índios, gastam nisso dias e noites” (CARDIM, 1997: 175).

Ainda não acabara o século XVI, o padre jesuíta Gaspar Afonso encontrou na ilha Hispaniola o vício do tabaco, sobretudo o do fumo, já completamente entranhado na população de origem europeia, o que, para ele, chegado de Portugal, era ainda motivo de estranheza: “Em lugar de vinho, que não há, lhes serve o tabaco, a que nós [os portugueses] chamamos erva santa, ao qual se tem por todas as Índias [Ocidentais] achadas tantas virtudes, não sei se reais se imaginárias (...) Há quem não o tire da boca em fumo ou dos narizes em pó e infinitos há que nem de ambas maneiras se fartam dele (...). De maneira que o fim dos banquetes mui regalados, e a última iguaria deles, é um prato mui formoso cheio de tantos rolos, ou canudinhos, como eles lhes chamam, feitos daquelas mesmas folhas secas enroladas, quantos são os convidados. Aos quais canudinhos, acesos por uma ponta e metidos na boca, pela parte que estão acesos, estão chupando o fumo, reprimindo o fôlego quanto podem, para que o fumo tenha tempo para andar visitando, consolando e amezinhando todas as partes interiores” (AFONSO, 1943, 54-55).

O avanço do “vício americano” entre os colonos não se tinha feito, porém, sem resistências, normalmente com argumentos de carácter moral, vindas quase sempre da Igreja Católica.

Os entraves iniciais protagonizados pela Igreja têm um carácter eminentemente etnocêntrico. Na perspectiva eclesiástica, os Índios viviam num mundo de trevas de que havia que libertá-los. A evangelização consistia exactamente, mais do que na transmissão de doutrina, na tentativa de afastá-los do seu código de comportamentos, considerado demasiado próximo das tendências naturais, e em aproximá-los das regras de conduta tidas como correctas e salvíficas. Nesse contexto, percebe-se a dificuldade em aceitar que os colonos, os filhos da Cristandade, copiassem alguns dos costumes ameríndios, mesmo os mais inocentes. Aliás, no caso do tabaco, essa “inocência” era relativa, pois o fumo surgia associado à idolatria e às práticas de adivinhação, logo ao campo do interdito, e era mesmo identificado como uma espécie de incenso pagão, isto é, um incenso diabólico. A integração do tabaco numa estrutura religiosa e sagrada oposta aos esforços de evangelização vai levar a Igreja a assumir o papel de guardião da imagem do colonizador, tentando, embora sem sucesso, controlar a evasão às normas de matriz europeia e estigmatizar os comportamentos desviantes.

Neste contexto, vale a pena ler todo o parágrafo da carta do padre Manuel da Nóbrega, de Janeiro de 1550, a que há pouco fazíamos referência. Dizia ele, depois de

elogiar a salubridade do terra brasileira: “As comidas, de um modo geral, são muito difíceis de digerir, mas Deus remediou a isto com uma erva cujo fumo muito ajuda à digestão e a outros males corporais e a purgar a fleuma do estômago. Até agora, não há nenhum dos nossos Irmãos que a use, como também o não fazem os outros cristãos, para se não conformarem com os infiéis, que muito a apreciam. Eu teria precisão dela por causa da humidade e do meu catarro, mas abstenho-me, querendo ‘não o que é útil para mim mas para o maior número, a fim de que sejam salvos’”^{ix}.

Nóbrega, o fundador da Província do Brasil da Companhia de Jesus, não podia ser mais explícito: por maiores que sejam os méritos do tabaco, os cristãos não devem fazer uso dele para não se confundirem com os índios e não lhes dificultarem, assim, a salvação. Os índios deviam ser confrontados com a sua inferioridade cultural e não com a aceitação expressa ou implícita dos seus comportamentos.

Numa segunda fase, em que o tabaco, contra todos os interditos, tinha já entrado já nos hábitos dos colonos, sob a justificação (ou não) de planta medicinal, o que se vai condenar não é já o uso mas o excesso. Continua a ser uma condenação moral, uma vez que o que verdadeiramente se rejeita é o uso recreativo do tabaco, o que verdadeiramente se acha reprovável é que ao reino da necessidade se sobreponha o império do prazer. O médico espanhol Juan de Cárdenas, escrevendo do México em 1591, traduz bem esta corrente moralizante: “Tambien hay algunos que se huelgan de andarlo chupando el cigarro cada rato, y destes digo que si lo usan a pura necesidad de verse libres de algun dolor, o por fatigarles algun paroxismo y fuerza de algún mal, a estos tales deveseles permitir, pero unos mocetonazos y hombres viciosos que de puro vicio no lo quieren dejar de chupar... son dignos de reprehensión”^x.

A militância anti-tabagista da Igreja é muito evidente na acção do primeiro bispo do Brasil, D. Pêro Fernandes Sardinha, que chegou à sua diocese, S. Salvador, em 1552 e vai procurar proibir terminantemente o uso do tabaco, que estava já a divulgar-se então entre os portugueses. E proibir porquê? Por “ser rito gentílico”. Assim, por não resistirem a “beberem fumo”, excomungou alguns “homens baixos” e o próprio donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho. A este começara por lhe tirar o privilégio de assistir na igreja em cadeira de espaldar, enquanto que, a “um pobre homem”, o obrigou a acompanhar a missa de Domingo, na Sé, nu da cintura para cima e com os “*fumos*” ao pescoço (forçando a semelhança com os índios, que costumavam usar os “charutos” que fumavam pendurados do pescoço).

Um outro português, a quem o bispo se preparava para aplicar a mesma humilhante penitência, preferiu internar-se no mato, ao encontro dos índios tupiapara (?), que o terão morto^{xi}.

A mesma lógica do bispo, embora sem as tentações proibicionistas, está presente nos textos do padre jesuíta Fernão Cardim que, como vimos em anteriores citações suas, quando evoca o vício do fumo entre os portugueses, não deixa de fazer o paralelismo, de tónica negativa, com o comportamento dos índios (CARDIM, 1997: 175).

É ainda o mesmo imaginário que alimenta *O auto de S. Lourenço*, peça de um outro jesuíta, o padre José de Anchieta, composta na sua maior parte em tupi e representada no morro de S. Lourenço, em Niterói, cerca de 1583. O diabo Guaixará (um índio, obviamente), que abre o 2º acto, enumera os seus “bons” costumes, em que inclui, entre outros, beber *cauim* (uma bebida fermentada), bailar, andar pintado, comer o seu semelhante e... fumar (ANCHIETA, 1968: 62).

Apesar da oposição de sectores importantes da Igreja, sinceramente preocupados com os obstáculos à sua cruzada evangelizadora, a verdade é que o hábito do fumo rapidamente se generaliza e que mesmo a maioria dos clérigos não vai conseguir resistir-lhe durante muito tempo.

Uma questão que é particularmente viva na América Espanhola e cujos ecos o padre português Gaspar Afonso pôde acidentalmente seguir na ilha Hispaniola em 1597, era a de saber se os sacerdotes podiam “tomar o fumo” antes de comungar ou dizer missa “porque é tanta a doçura deste veneno que nem os leigos podem acabar consigo esperar até comungar, nem os clérigos até dizer missa” (AFONSO, 1943: 55). Apesar da posição oficial da Igreja ser negativa (sínodos de Lima e México, de 1588 e 1589), nunca foi possível fazer cumprir tal determinação.

3. A ACEITAÇÃO NA EUROPA

Quando se analisa o primeiro século de tabagismo na Europa (digamos, entre 1550 e 1650) há aspectos que saltam à vista e que não têm recebido, até hoje, uma explicação convincente. O que me parece mais interessante é o da geografia das formas de consumo: enquanto nos países do Norte da Europa, nomeadamente na Inglaterra e na Holanda, o uso do cachimbo e do tabaco de fumo se generalizou com facilidade, na Europa do Sul, em particular nos países latinos, foi o tabaco seco e em

pó, aspirado pelo nariz, que ganhou, durante séculos, estatuto privilegiado para a maioria da população. Como se explica essa diferença de modalidades de aceitação, em datas tão próximas, para um mesmo produto?

Em nosso entender, isso deve-se ao facto de a entrada do tabaco na Europa ter tido lugar por duas vias diferentes.

Não é difícil de admitir que, no regresso da primeira ou da segunda viagem de Colombo, já algum marinheiro tenha trazido para casa folhas de tabaco e as tenha fumado ou dado a fumar. Aliás a cidade espanhola de Ayamonte homenageia, através da toponímia e da estatuária, um dos seus filhos, Rodrigo de Jerez, companheiro de Colombo em 1492, e atribui-lhe, entre outros actos meritórios, a introdução do tabaco na Europa. A verdade é que se, por acaso, a iniciativa não foi obra do ilustre ayamontino, de outro camarada seu seria e muitos outros depois deles fizeram seguramente o mesmo, sobretudo após o consumo do tabaco se ter tornado prática corrente entre os colonos da América central e do Sul.

Como já acontecia com os naturais da América, colonos e marítimos, não ignorando embora o “tabaco de cheirar”, preferiam o tabaco de fumo, usando para o efeito cachimbos tubulares ou “charutos” do tipo dos que tinham sido vistos pelos marinheiros de Colombo, apenas de menor dimensão. O tabaco, esse era obtido, de uma forma geral, por meio de trocas com os pequenos produtores ameríndios.

Uma poesia atribuída ao corsário e armador francês Jean Ango ou a algum dos seus capitães poetas, denominada *Canção dos pilotos*, que toda a gente cita mas de que ninguém dá notícia do original, é tida como o primeiro testemunho da entrada do tabaco na Europa. Nessa canção, datada de 1525, retrata-se um velho marinheiro da Bretanha, fumando “petum” num cachimbo de cerâmica e que, face ao espanto do seu interlocutor perante tal comportamento, explica que o tinha aprendido com os portugueses (VIGIÉ, 1989: 18-19).

Mesmo que, até mais ver, o testemunho não tenha fundamento (mesmo o cachimbo descrito parece um pouco anacrónico) há nele alguma coisa que corresponde à realidade: a circulação muito precoce do tabaco de fumo pelos portos da Europa a partir do exemplo inicial de portugueses e espanhóis.

Algumas décadas mais tarde, um botânico francês fixado em Inglaterra, Mathias Lobel, dá-nos um testemunho no mesmo sentido (cachimbo à parte), de forma muito clara: “Todos os marinheiros que regressam de lá [da América] usam uns

canudinhos, feitos de folhas de palmeira ou de palha, de que enchem uma extremidade com folhas enroladas ou bocadinhos dessa planta [o tabaco]. Põem-lhes lume e abrindo muito a boca e respirando fundo, chupam o máximo de fumo que podem”^{xii}. Três anos depois (1573), uma outra fonte reconhece a divulgação do tabaco de fumo em Inglaterra e refere o instrumento através do qual era consumido (“an instrument formed like a litle ladell”) o que mostra que, pelo menos para o autor, não era ainda um artefacto muito familiar^{xiii}.

É preciso abrir aqui um pequeno parênteses de carácter etimológico. O nome que se generalizará, aparentemente por via popular, para o utensílio com que se fuma o tabaco vai ser o de *pipe*, em Inglaterra, como um pouco por toda a Europa^{xiv}. A palavra parece provir do baixo latim *pipa* (pequena flauta, canudo) e tinha-se já generalizado no Ocidente, entre outras acepções, com o sentido de tubo. Que vá ser aplicada ao instrumento de fumar tabaco mostra apenas que os primeiros “cachimbos” eram os cachimbos tubulares que os espanhóis e portugueses tinham encontrado na América Central e do Sul. Com os nossos conhecimentos actuais, não é possível saber nem onde nem quando começou o termo a ser utilizado com o sentido específico de cachimbo mas a etimologia é, de qualquer forma, uma prova suplementar de que a prática de fumar entra na Europa pela via ibérica, reforçada, eventualmente, pelos navegadores franceses que frequentavam as costas do Brasil.

A reacção perante a chegada, seguramente por intermédio dos homens do mar, do tabaco de fumo, usado com funções recreativas (sublinho este aspecto), será diferente nas sociedades do Norte e Sul da Europa, o que só pode ser explicado por razões de mentalidade que têm a ver com a própria estrutura social.

Na Inglaterra e na Holanda, por exemplo, países com uma burguesia em rápida ascensão, em que a acção dos corsários estava a esbater as barreiras entre a actividade marítimo-mercantil e a aristocrática profissão das armas e em que os armadores, que passavam parte do seu tempo no mar, eram um grupo social enriquecido e privilegiado, nesses países o tabaco, fumado por gosto, é, de uma forma geral, bem aceite.

Claro que a fama, que irá ganhando simultaneamente terreno, das qualidades farmacológicas do tabaco facilitou essa expansão. Por outro lado, quando foi preciso legitimar os novos hábitos, procurou-se a paternidade não na matulagem dos portos mas em figuras socialmente respeitáveis. É assim que, em Inglaterra, se atribuiu a

entrada do tabaco na corte e a própria chegada do cachimbo, à iniciativa de um grande “cavaleiro do mar”, embora se hesite entre John Hawkins (1532-1595), Francis Drake (1542-1596) e Walter Raleigh (1554-1618). Todos são corsários, mas também são todos “sir” e com uma honorabilidade indiscutida no seu tempo.

Seja como for, o consumo do tabaco cresceu muito rapidamente e o extemporâneo panfleto de Jaime I contra os fumadores, *Counter-Blaste to Tobacco* (1604), é exactamente prova disso. O próprio cachimbo, que de forma tão expedita soubera transitar do tombadilho dos navios para os salões da corte, torna-se não só um utensílio de uso corrente como ganha estatuto de elegância e de requinte. Na passagem do século XVI para o século XVII, fora, aliás, melhorado e estilizado (talvez a partir do “calumet” dos índios da América do Norte), vindo a ser particularmente apreciados os longos cachimbos de cerâmica branca fabricados na Holanda (JAKOVSKY, 1963: 7). É assim que, na iconografia inglesa e holandesa do século XVII, abundam os vulgares e os galantes fumadores que faltam quase completamente (o “quase” é prudência minha) na pintura francesa, espanhola ou italiana do mesmo período.

A ausência na iconografia é um barómetro do descrédito em que era tido, nessas sociedades, o tabaco de fumo. Associado no início, como dissémos, a práticas idólatras e visto com reservas pela Igreja, manteve-se, em seguida, sob suspeita, sobretudo por ser prática de aventureiros e de marítimos (para não falarmos nos escravos), gente com fraco reconhecimento social e, para os cânones dos privilegiados, com uma moralidade duvidosa.

Um boticário cordovês, Juan de Castro, que escreveu no início do século XVII, ainda tinha presente essa memória: “... el uso del tabaco quien más que otros lo ampliaron fueron los marineros y toda la gente que caminaba por la mar. (...) Este fué un uso que en su principio fué tenido por cosa muy vil e baja, y cosa de esclavos e bebedores de taberna, y gente de poca consideración”^{xv}.

Tal reputação foi suficiente para que o tabaco tivesse dificuldade em penetrar nas sociedades europeias que eram mais rigidamente hierarquizadas e fez igualmente com que, ao longo do tempo, o hábito de fumar tabaco fosse considerado, nesses meios, apanágio das classes desprivilegiadas, bloqueando assim, durante os séculos XVII e XVIII, a sua aceitação em ambientes mais requintados.

Nos países do Sul da Europa, nomeadamente nos latinos, o tabaco só entra à segunda tentativa e precisou, para isso, da aura de planta medicinal e, de associar, país a país, a sua introdução a figuras prestigiadas.

Vejam os casos português e espanhol.

Na *Crónica de D. Manuel I*, publicada em 1566, mas começada pelo menos dez anos antes, o cronista e humanista português Damião de Góis, invocando inclusivamente a sua experiência pessoal, não poupa elogios às virtudes medicinais do tabaco, a que chama, pormenor importante, *betum, fumo e erva-santa*. Em seguida acrescenta: “esta erva trouxe primeiramente a Portugal Luís de Góis, que, depois, sendo viúvo, se fez na Índia dos da Companhia do nome de Jesus” (GÓIS, 1566-1567: 52). Pelo menos dois aspectos merecem ser sublinhados nestas anotações do erudito cronista. O primeiro, de natureza vocabular. Damião de Góis evoca o nome tupi do tabaco, mais deturpação menos deturpação, o primeiro que os portugueses tinham ouvido para essa espécie vegetal. Chama-lhe depois *fumo*, nome que, tomando a forma de consumo pela planta, já lhe davam então os colonos do Brasil (e os brasileiros farão chegar aos nossos dias). Nomeia-o, por fim, *erva-santa*, que tinha sido a designação com que fora recebido em Portugal, mercê do seu alegado valor terapêutico (já voltamos a este ponto). Ignora ainda, como seria de prever, o termo *tabaco*, que em Portugal, como no resto da Europa, só mais tarde se generalizaria^{xvi}.

A data e o presumível autor da introdução da planta do tabaco em Portugal é o segundo aspecto a merecer atenção no texto de Damião de Góis. O padre Serafim Leite, que tomou em sentido literal a informação de Damião de Góis, esforçou-se, com a sua habitual pertinácia, por datar a referida introdução, tendo em conta a biografia de Luís de Góis (1504-1567), e concluiu que essa data devia mediar entre 1535 e 1542, sendo este último ano o mais provável (LEITE, 1965: 256). Em nosso entender, sem demérito para o ilustre erudito, esse aspecto é mais ou menos irrelevante já que, no caso da circulação das espécies vegetais, a datação rigorosa é praticamente impossível. O que, em contrapartida, nos parece mais significativo é o facto de Damião de Góis considerar prestigioso o acto da entrada do tabaco em Portugal e de sentir, por isso, necessidade de individualizar o seu autor e de atribuir esse papel a uma pessoa com alguma notabilidade, eventualmente seu parente. Luís de Góis foi companheiro de Martim Afonso de Sousa, na expedição de 1532, e participou na fundação da capitania de São Vicente. À data em que Damião de Góis escrevia, Luís era com certeza bem

identificado nos meios da corte, uma vez que, sendo homem casado e pai de filhos, senhor de engenho e irmão do capitão-donatário da Paraíba do Sul, decidira entrar em religião (decisão em que foi acompanhado pela mulher). Face à hesitação das autoridades eclesiásticas, só depois de viúvo (1559) consegue ser recebido na Companhia de Jesus (aos 55 anos), sendo ordenado sacerdote em 1562 (LEITE, 1965: 256).

Embora dificilmente não houvesse já em Portugal conhecimento do uso do tabaco, sobretudo do tabaco fumado, o que Damião de Goes pretende atestar é a chegada da planta e não de uma planta qualquer, mas da própria “erva-santa”. O epíteto de “erva-santa” foi durante o século XVI, em Portugal, praticamente a única designação da planta, sendo assim que a nomeiam quase todos os autores que, por exemplo, fazem relatos sobre o Brasil, a maior parte deles acabados de chegar da metrópole. Continuará, depois, a ser designação corrente até ao início do século XIX, embora, paulatinamente, comece a aplicar-se sobretudo ao tabaco que, sob forma semi-espontânea, passa a crescer no próprio País.

Aliás, o sucesso inicial da planta (trazida por Luís de Góis ou, antes dele, por quem quer que fosse) deveu-se à sua capacidade de adaptação. É mesmo provável que a planta tenha começado por entrar, nas cidades ibéricas, como planta decorativa e só posteriormente lhe tenham sido associados os efeitos farmacológicos. Nesse sentido, é esclarecedor o testemunho do célebre médico espanhol Nicolás Monardes que, em Sevilha, deve ter assistido a todo o processo: “De pocos años a esta parte se ha traydo a España, mas para adornar jardines y huertos, para que con su hermosura diesse agradable vista, que por pensar que tuviese las maravillosas virtudes medicinales que tiene. Agora usamos della, mas por sus virtudes, que por su hermosura, porque cierto son tales que ponen admiración” (MONARDES; 1580: fl. 32v).

Tudo leva a crer que tenha sido em Lisboa que a planta foi primeiro acolhida e encaminhada para os jardins em que amorosamente se reuniam espécies provenientes de todo o mundo, e é também provável que tenha sido aí que, juntando tentativas empíricas a notícias que chegavam do Brasil, se tenha concluído do seu papel como panaceia e se lhe tenha chamado “erva santa”.

Escrevendo do Brasil, cerca de 1585, Gabriel Soares de Sousa recorda: “Petume é a erva a que em Portugal chamam santa; onde há muita dela pelas hortas e

quintais, pelas grandes mostras que tem dado da sua virtude, com a qual se têm feito curas estranhas” (SOUSA, 1974: 109).

Embora, pelas ligações históricas à América, a irradiação europeia da planta também pudesse ter-se dado a partir de Sevilha, é o próprio Monardes que nos leva a crer que tal não aconteceu. De facto, na primeira edição da sua obra *Libro de las Cosas que traen de las Indias*, em 1569, ainda ignora o tabaco e só numa segunda parte do livro, editada em 1571, desenvolve os mais rasgados elogios à planta americana.

Em contrapartida, vários sinais apontam para Portugal. Um é o da própria palavra (*erva santa*) que surge primeiro em português antes de, nessa ou em formas equivalentes (*herba sancta*, *herbe sainte*, *herbe sacrée*, *herba panacea*, *herbe à tous les maux*, *sana sancta*, *holy herb*, etc.) se generalizar pela Europa fora, a par, aliás, com *petum*, a designação dos índios brasileiros para o tabaco.

Por outro lado, foi em Lisboa que, na década de 1560, a planta, com título de grande novidade, chamou a atenção dos embaixadores de França (Jean Nicot) e da Santa Sé (Próspero Santa Croce), que trataram de a remeter para Paris e para Roma.

Jean Nicot foi embaixador da França em Lisboa entre Agosto de 1559 e Outubro de 1561. Na capital portuguesa conviveu com o guarda-mor da Torre do Tombo Damião de Góis (repare-se como as coisas começam a ligar-se entre si) e foi ele que lhe chamou a atenção, eventualmente no jardim do Paço Real, para planta que iria immortalizar o nome do francês. Talvez não merecesse: na única carta que se lhe conhece sobre o assunto, escrita em 26 de Abril de 1560 para o cardeal Charles de Lorraine, não sabe identificar a planta (chama-lhe apenas “une herbe d’Inde”) e limita-se a enunciar os seus méritos para úlceras cutâneas, fístulas e outras queixas. Nessa carta, promete enviar para o jardineiro do cardeal sementes de tabaco e mesmo uma planta numa barrica, como já fizera com laranjeiras, limoeiros e figueiras da Índia (BAUDRY, 1988: 87-88).

Parece seguro que foi o cardeal (ou o seu irmão, o “Grand Prieur” François de Lorraine) que levou, mais tarde, para a corte francesa a planta do tabaco e a disponibilizou para combater as enxaquecas da rainha Catarina de Médicis. A planta começou, desde então, a ser chamada em França “herbe de la reine”, “catherinaire”, “médicée”, ou até “herbe de M. le Prieur”. O papel de Nicot, neste campo, parecia encerrado. Aconteceu porém que um amigo seu, Jean Liebault, publicou um livro de sucesso, *Agriculture et maison rustique* (1570) em que se valorizavam as virtudes do

tabaco e se identificava o seu “inventor”, Jean Nicot. Como a afirmação fez escola, este tornar-se-á o introdutor oficial do tabaco em França, apesar de alguns veementes protestos^{xvii}, que apenas mostram a importância social que estava a ser atribuída à planta ameríndia, a qual passará a ser conhecida, em França, como *nicotiane* ou *herbe à Nicot*. A designação *nicociana* ou *erva nicociana* conhecerá uma relativa divulgação na Europa, incluindo em Portugal, proporcional à influência cultural francesa. No entanto, no século XVII, o vocábulo *tabaco* estava a ganhar terreno^{xviii} e quando, em 1737, Lineu adopta o termo francês na nomenclatura científica da sua taxonomia (género *Nicotiana*), ele tinha já entrado em irreparável declínio como designação corrente.

O outro embaixador que descobriu o tabaco em Lisboa foi o bispo (depois cardeal) Próspero Santa Croce (1514-1589), núncio apostólico em Portugal entre Julho de 1560 e Maio de 1561, durante o pontificado de Pio IV^{xix}. Da capital portuguesa, onde viu pela primeira vez a “erva santa” nos jardins e soube das suas propaladas qualidades medicinais, enviou-a para Roma para aí ser recultivada, facto que levou a que, durante algum tempo, o tabaco tenha sido conhecido em Itália com o nome de “erba santacroce”, o que permitia jogar com a designação portuguesa e o apelido do núncio.

A procura de uma panaceia, numa Europa tão massacrada pelas doenças, era ajudada pela visão perfeitamente edénica, que se tinha, durante quase todo o século XVI, da América (em particular do Brasil) e da sua população, imagem que, depois, se foi progressivamente erodindo. Que melhor local do que essa espécie de paraíso reencontrado, onde os habitantes eram fortes, belos e saudáveis, como origem para o “remédio para todos os males”^{xx} que os europeus insistentemente procuravam?

O conhecimento empírico dos colonos espanhóis e portugueses, obtido pelo contacto com os Ameríndios (entre estes era frequente, como já vimos, a utilização terapêutica do tabaco), vai juntar-se a legitimação “científica” de médicos prestigiados. Monardes, um dos primeiros a defender as virtudes curativas do tabaco, recomenda a aplicação de diversas partes da planta para nada menos que 36 doenças, incluindo mordeduras venenosas, dores de cabeça ou de dentes, tumores, problemas respiratórios, reumatismo e prisão de ventre (MONARDES, 1580: 32r-39r). Não é um caso único. Durante mais de um século, outros médicos, um pouco por toda a Europa (e até na China e no Japão...) viram no tabaco essa espécie de panaceia universal. As

formas de administração sugeridas eram muito variadas podendo assumir as modalidades mais “previsíveis” de inspirar o fumo ou introduzir o tabaco em pó pelo nariz, mas também a aplicação de unguentos, de xaropes, de pachos com as folhas aquecidas...

Numa posologia tão variada, como foi possível que certas utilizações prescritas como terapêutica, se fixassem depois como vício? Como foi possível, por exemplo, que tenha sido por via médica que se generalizou o hábito de “cheirar tabaco” que se vai tornar, por cerca de dois séculos, a forma preferida de consumo na Europa do Sul? A resposta exige um pequeno desvio pelas concepções fisiológicas dominantes na época.

No século XVI, a principal explicação para a saúde e a doença continuava a ser a teoria humoral hipocrática ou galénica, segundo a qual o corpo humano se mantinha saudável pelo equilíbrio entre quatro humores (sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra), os quais provinham, respectivamente, do coração, do cérebro, do fÍgado e do baço. O excesso de qualquer desses humores era causa das mais variadas doenças, daí a necessidade de eliminar a demasia para repor o equilíbrio, auxiliando, assim, as forças curativas da natureza, que já agem nesse sentido. Segundo a mesma teoria médica, tanto as doenças como os agentes medicinais eram classificados em quatro tipos: *frios*, *quentes*, *húmidos* e *secos*. Os tratamentos deviam obedecer à chamada “lei dos contrários”: por ex. para uma enfermidade quente exigia-se um medicamento frio e vice-versa. No caso da fleuma (que englobava todas as secreções mucosas), a principal forma de corrigir eventuais excessos era a aplicação, pelo nariz, de substâncias esternutatórias, função em que o tabaco oferecia bons resultados, isoladamente ou combinado com produtos já usados para o mesmo fim. Acontece ainda que a fleuma era considerada fria e húmida enquanto que o tabaco foi tido como quente e seco, o que o tornava particularmente indicado para terapêuticas nessa área.

O médico Monardes, um dos responsáveis pela introdução do tabaco na lógica hipocrática e pela hiperbolização das suas virtudes farmacológicas, escrevia: “Su complexion es caliente y seca, en segundo grado. (...) Tiene esta yerva tabaco, particular virtud de sanar dolores de cabeza en especial proviniendo de causa fría; y assi cura la Axaqueca quando de humor frio proviene, o viene de causa ventosa...” (MONARDES, 580: 34v).

Se tivermos em conta que os desequilíbrios causados pelo “estilicídio” (ou “destilicídio”) da fleuma eram responsabilizados por grande número de doenças (um médico português do início do século XVIII elenca nada menos do que 113 doenças, da cabeça aos pés, produzidas pelo “destelicídio” ou “fleuma excrementícia”, MORÃO, 1580: 44-45) e que a via mais acessível para “purgar” o cérebro, fonte da dita fleuma, era o nariz, percebe-se que se considerasse altamente salutar o acto de espirrar. E percebe-se igualmente a boa aceitação do tabaco em pó com essa finalidade.

Outro conhecido médico espanhol, frei Agustín de Farfán, que publicou, em 1592, um *Tratado breve de medicina*, é também peremptório em recomendar o tabaco para as “grandes dores de cabeça”, invocando a sua própria experiência. A forma de aplicação proposta é relativamente simples: junta-se uma parte de pós de espirrar (que ele diz venderem-se no mercado: trata-se provavelmente de cevadilha) a duas partes de pó de folhas de “piciete, também chamado tabaco” e todas as manhãs, ou pelo menos de dois em dois dias, molha-se a extremidade do dedo mindinho em saliva, passa-se prodigamente pelos pós e, com o dedo, metem-se estes bem dentro do nariz, três ou quatro vezes, sorvendo com força (GARCÍA PARIS, 1991: 82). Já o século XVII ia adiantado e ainda o médico francês Louis Ferrant publicava o *Traité du tabac en sternutatoire* (Bourges, 1655), em que elogiava as capacidades do tabaco, administrado em pó pelo nariz, para purgar o cérebro e cuidar da saúde.

Parece não haver dúvidas de que foi pela via da teoria e da prática médicas que o tabaco penetrou em camadas de consumidores muito diversificadas a quem o “vício americano” tinha parecido desprezível quando fumado pelos marinheiros regressados das Américas.

A fase exclusivamente médica deve, porém, ter sido curta. O que começara por ser procura de alívio para algum mal torna-se rapidamente hábito social e, tendo entrado, desta vez, pelos estratos mais elevados da sociedade, não demorará a converter-se em moda. Foi assim que o tabaco, sob a forma de pó aspirado, em pequenas pitadas, pelo nariz, pôde instalar-se nas casas burguesas ou nos salões da aristocracia onde, sob a forma de fumo, não tinha sido admitido.

Claro que o excesso no consumo e a dependência ostensiva não deixavam de ser objecto de reparo social e D. Francisco Manuel de Melo inclui já o tabaco entre os vícios condenáveis enquanto tal. Na *Carta de Guia de Casados* (publicada em Lisboa

em 1651), sentencia ao seu gosto moralizante: “Era dito de um discreto que vinho, jogo, e tabaco se deviam vender nas boticas como mezinha” (MELO, 1651:121), isto é precisavam de ser utilizados com conta, peso e medida.

Durante, pelo menos, o século XVII, em Portugal e em Espanha e, com pequenos desfasamentos, também em França e em Itália, a forma dominante de consumo foi o “cheirar tabaco”, sendo remetido para as franjas da sociedade o tabaco de fumo.

Em Portugal e Espanha gastou-se apenas, até ao cair do século XVIII, o tabaco em pó seco, modalidade que, em França, foi substituída, desde cedo, pelo rapé. As duas espécies de tabaco são frequentemente confundidas, uma vez que são utilizadas da mesma forma, aspiradas pelo nariz. Os processos de elaboração são, no entanto, muito diferentes, resultando o rapé de um fabrico mais complexo e demorado, em que as folhas de tabaco são raladas depois de várias fermentações, secagens e prensagens^{xxi}.

Já não cabe nos limites deste trabalho analisar como, nos países do Sul o “tabaco frio” (tabaco em pó ou rapé) irá sendo substituído pelo “tabaco quente” (o cachimbo, o charuto e o cigarro). Portugal será, dos países referidos, aquele em que o “tabaco frio” mostrou maiores capacidades de resistência, sendo o cachimbo e o charuto praticamente desconhecidos até ao século XIX.

O consumo de tabaco em pó estava absolutamente generalizado. Não havia, inclusivamente, qualquer discriminação de sexo, “cheirando” tabaco quer os homens quer as mulheres. Um padre seiscentista autor de uma crítica, de carácter moral, ao tabaco, chama-lhe “erva hermafrodita, corruptora de ambos os sexos” (SILVA, 1986: 57). Por outro lado, o consumo atravessava todos os grupos sociais, não existindo, a esse nível, grandes diferenças, a não ser, evidentemente, na qualidade da caixa de tabaco e do produto que ela continha e na maior ou menor subtileza no gesto de levar cada pitada ao nariz.

Quanto ao cachimbo^{xxii} era usado quase exclusivamente por estrangeiros ou por gente das classes mais populares. O poeta barroco Jerónimo Baía, versejando sobre uma jornada que fez ao Alto Alentejo, ainda não tinha terminado o século XVII, conta como encontrou na “barca de carreira” que ligava Lisboa a Aldeia Galega (Montijo), uns “*franceses pouca roupa*” que, tomando seus cachimbos, lhe defumaram as barbas,

bem como aos seus companheiros, demonstrando o poeta um manifesto e sobranceiro desprezo por tal forma de consumo de tabaco (*Fénix*, 1746: I, 281).

No mesmo registo, quase setenta anos depois, Nicolau Tolentino, no soneto em que descreve uma viagem sua a Badajoz, que deve ter efectuado entre 1765 e 1767, salienta, na chegada a Espanha, a “longa fileira de baiúcas vis” em que os frequentadores lhe aparecem de “cigarro^{xxiii} aceso, fumo no nariz” (MAFFRE, 1994: 324). O retrato traçado pelo poeta mostra, mais uma vez, a estranheza portuguesa face ao fumo do tabaco mas mostra também outra realidade: em Espanha o tabaco de fumo, não de cachimbo mas, sobretudo, de charutos e cigarros, começa muito mais cedo do que deste lado da fronteira a entrar nos hábitos dos consumidores, incluindo, não o diz Tolentino mas diremos nós, nas classes mais altas.

Boa parte dos estrangeiros que visitam Portugal no século XVIII testemunham a aversão dos Portugueses pelo tabaco fumado. Carl I. Ruders, o pastor protestante sueco colocado na legação do seu país em Lisboa entre 1798 e 1802, foi quem nos deixou um testemunho mais circunstanciado. Segundo ele, os Portugueses (com excepção dos marinheiros) detestavam o tabaco de fumo e o fumo do tabaco. No largo do Corpo Santo, ao Cais de Sodré, existia uma espécie de cervejaria onde se reuniam muitos alemães, a maioria comerciantes, “para conversar, beber *porter* e fumar tabaco”. Os lisboetas que por lá passavam eram quase todos acometidos de ataques de tosse, devido à fumarada que saía pelas janelas^{xxiv}. O mesmo autor conta também que, Lisboa fora, as senhoras batiam violentamente com as portadas das varandas, quando, sob as sacadas, passava a fumar algum marinheiro ou outra pessoa do povo. E, sintetizava ele: “Em Portugal, o tabaco não é fumado por ninguém, a não ser pela plebe baixa [...]. Quanto a “cachimbos de barro ou de espuma não são usados senão por estrangeiros e causam sempre a admiração de todos”. Em contrapartida, “quase todos os portugueses cheiram tabaco”^{xxv}.

Um outro estrangeiro, Link, sensivelmente pela mesma altura, diz que o uso do tabaco é mais do que corrente mas que “fumar é coisa que raramente se vê e até os charutos^{xxvi}, tão vulgares em Espanha, só embarcadiços os consomem (LINK, 1803: 267).

Além de uma questão de gosto, havia igualmente, neste prolongamento de hábitos que remontavam ao século XVI, razões técnico-económicas, relacionadas, em Portugal, com o monopólio estatal do tabaco e com os processos de fabrico^{xxvii}. Tudo

isso, no entanto, ultrapassa, em muito, os propósitos, e os constrangimentos de espaço, desta comunicação.

** O título original da nossa comunicação era “O tabaco: de ‘erva para todos os males’ a ‘erva de todos os males’”. Percurso de uma ‘planta medicinal’ entre a América e o resto do Mundo”, uma intenção de conteúdos que se revelou tão irrealista, por falta de tempo, na apresentação oral, como agora, na passagem a escrito, por falta de espaço. O novo título pretende devolver à comunicação uma dimensão mais sensata, permitindo circunscrever o tema ao século XVI/inícios do século XVII e a uma área cultural bem mais restrita. Alguns aspectos desta comunicação já tinham sido tratados, embora com um enfoque e um desenvolvimento diferentes, num nosso artigo anterior (Caldeira, 2000).

ⁱ Carta de D. Duarte Costa, Cidade do Salvador, 20 de Maio de 1555 (Dias, 1924: 375).

ⁱⁱ B. de Las Casas, *História de las Índias*, livro I, cap. 46, *apud* Pérez Vidal, 1959: 3-4.

ⁱⁱⁱ Para a divulgação do termo *petum*, contribuíu também o livro de André Thevet, *Les Singularités de la France Antarctique* (1557), em que essa é a designação usada, resultado da passagem do autor por terras brasileiras.

^{iv} O próprio cachimbo, não sendo um objecto comum, também não era, ao que parece, totalmente desconhecido na Europa sendo usado, desde os Romanos e durante os séculos seguintes, para o consumo de sementes de cânhamo e outras plantas e também como forma de fazer, pela boca, fumigações de ervas aromáticas. Ainda no século XVIII, um médico português continuava a preconizar o uso “de fumos e defumadouros pela boca e cabeça, de ervas aromáticas, como alecrim, alfazema, etc.” (Abreu, 1711: 50).

^v Gonzalo Fernández de Oviedo, *Historia general y natural de las Indias* (1535), *apud* Pardo Tomás & López Terrada, 1993: 71-78 e 228.

^{vi} Las Casas, *História de las Índias*, cit.

^{vii} Carta de Manuel da Nóbrega ao P^{de} Simão Rodrigues, Porto Seguro, 6 de Janeiro de 1550 (Nóbrega, 1955: 83).

^{viii} Carta de D. Duarte Costa, 20 de Maio de 1555 (DIAS, 1924: 375).

^{ix} Carta de Manuel da Nóbrega ao P. de Simão Rodrigues, cit. No original, a última frase, colhida em S. Paulo (I Cor. 10, 33), está em latim: *‘non quod mihi utile est sed quod multis ut salvi fiant’*.

^x Juan de Cárdenas, “Problemas y Secretos maravillosos de las Indias” (México, 1591) *apud* Rodríguez Gordillo, 1993: 206-118.

^{xi} Carta de D. Duarte Costa, 20 de Maio de 1555 (DIAS, 1924: 375).

^{xii} Mathias l’Obel e Pierre Pena, *Stirpium Adversaria Nova* (1571), *apud* Dickson, 1954: 44.

^{xiii} William Harrison, “Great Chronologie of English history” (1573), *apud* Dickson, 1954: 132.

^{xiv} Ver, *infra*, nota 22.

^{xv} Juan de Castro, *Historia de las virtudes y propiedades del tabaco* (1620), *apud* Pérez Vidal, 1959: 13-14. Juan de Castro, provavelmente projectando no passado práticas do seu tempo, refere-se ao uso do tabaco em geral e, sobretudo, ao “tabaco de cheiro”. Mas o que importa, de qualquer forma, salientar é a má-vontade em relação ao consumo recreativo e popular do tabaco.

^{xvi} Ver, *infra*, nota 18.

^{xvii} André Thevet, que tinha estado no Brasil, em 1555, que no seu regresso tinha trazido sementes que cultivara em Angoulême e que, em 1557, publicara um livro em que descrevia a planta (*petun*), queixava-se, com razão, da ultrapassagem de Nicot.

^{xviii} A progressão imparável do nome *tabaco* acabou por ser uma tardia forma de justiça histórica, pois fora a primeira palavra “americana” associada ao tabagismo de que os europeus tinham tido conhecimento. O êxito do vocábulo desde o fim do século XVII deve-se, quanto a nós, a dois factores. Primeiro, ao sucesso da obra do botânico e médico sevilhano Nicolás Monardes, *Libro de las cosas que traen de las Indias* (1571) em que o tabaco, chamado por esse nome, merecia grande destaque como planta medicinal. Foram feitas traduções para latim (1573), italiano (1576), inglês (1577), alemão (1615) e francês (1619), tornando-se o livro de Monardes a grande obra de referência para botânicos e médicos interessados na planta do tabaco. Se o mérito teórico é de Monardes, o mérito prático na divulgação do vocábulo tabaco deve-se à reconhecida qualidade da sua produção nas grandes ilhas caribenhas (Cuba e Santo Domingo). É certo que a planta se adaptava a quase todos os climas e que, mesmo na Europa, tinha sido possível conseguir o seu desenvolvimento, ainda que a delicadeza e o

perfume das folhas deixasse muito a desejar. A fama da excelência do tabaco do Caribe estimulará a sua exportação, a partir de Sevilha, para múltiplos destinos europeus. E, com o produto, seguiu o nome, que, pouco a pouco, se tornará definitivo e universal, à medida que o tabagismo ia transbordando também para fora do continente europeu.

^{xix} “The Cardinals of the Holy Roman Church”, <http://www.fiu.edu/~mirandas/cardinals.htm> (consultado em 15/1/2009).

^{xx} Por volta de 1600, o tabaco era tratado em França como “*l’herbe à tous les maux*» (Gondolff, 1914: 36).

^{xxi} O *rapé* foi uma inovação francesa. As folhas seleccionadas do tabaco eram submetidas, depois da fermentação e da aromatização, a um processo de prensagem, pelo qual se obtinham pequenos rolos (“*carottes*” ou “*andouilles*”). Numa fase inicial, os próprios consumidores ralavam (melhor seria dizer rapavam) no momento da utilização, esses “rolinhos”, recorrendo a um utensílio próprio. Posteriormente, as manufacturas especializadas passaram a fornecer o tabaco já “rapado” e embalado. Quer em Sevilha quer em Lisboa, as respectivas fábricas resistiram, durante décadas, a aderir a esse modismo de consumo, continuando a insistir, até ao limite, na produção do tabaco em pó seco.

^{xxii} O próprio vocábulo português *cachimbo* mostra como a prática a que se destina não andou a par com a de outros países europeus onde o nome é todo da mesma família (*pipa*, em espanhol e italiano, *pipe*, em francês, *pipe*, em inglês, *pijp*, em holandês, *pfeife*, em alemão, etc.). A designação portuguesa parece ter origem bantu (Corominas, 1984-1986), o que, a ser assim, mostraria que os portugueses, depois de terem introduzido o tabaco em África, foram depois influenciados pelos africanos na forma de o consumir, eventualmente ao adoptarem os cachimbos de madeira característicos desse continente.

^{xxiii} A palavra levou tempo a estabilizar em Portugal, podendo, aqui, referir-se quer a charuto quer a cigarro, no sentido actual.

^{xxiv} Carta de 28 de Outubro de 1800 (Ruders, 1980: 143).

^{xxv} Carta de 23 de Dezembro de 1800 (Ruders, 1980: 157).

^{xxvi} Na mesma lógica que já referimos para o *cachimbo* e que tem a ver com uma utilização do tabaco de fumo desfasada, no ritmo, da restante Europa, também a palavra *charuto* não segue o padrão comum [cast. *cigarro*, dp. *cigarro puro*, dp. *puro*; fr. *cigare*; it. *sigaro*; ingl. *cigar*; al. *zigarre*]. Os filólogos discutem a origem da palavra *charuto*, que é provavelmente indiana (língua tamil) ou malaia, tendo sido recebida em Portugal através do inglês (*cheroot*) ou, segundo outra versão, introduzida em Inglaterra através do português.

^{xxvii} Ver Caldeira, 2000. Em Espanha a diferença é a irrupção do tabaco de fumo, no entanto o fabrico de tabaco em pó manteve-se também rotineiro face ao avanço do *rapé* noutros países (Pérez Vidal, 1959: 73-129 e Rodríguez Gordillo, 1993: 206-251).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, José Rodrigues (1711), *Luz de cirurgiões embarcadiços*. Lisboa: Oficina de António Pedroso Galram.
- AFONSO, P^{de} Gaspar (1943), “Relação da viagem e sucesso que teve a Nau S. Francisco na Armada, que foi para a Índia no ano de 1596” in Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, Ed. Damião Peres, vol. VI. Porto: Portucalense Editora.
- ANCHIETA, José de, S. J. (1886), *Informações e fragmentos históricos*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- ANCHIETA, José de, S. J. (1968), *O auto de S. Lourenço*, introdução, tradução e adaptação de Waldir Ayala. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- BAUDRY, Jean (1988), *Jean Nicot à l’origine du tabac en France*. Paris: La Manufacture.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel (2000), “O tabaco brasileiro em Portugal: divulgação e formas de consumo durante o Antigo Regime”, in *Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários. Congresso Luso-Brasileiro. Actas*, vol I, pp. 567-586. Lisboa: G.T.M.E.C.D.P.
- CARDIM, Fernão (1997), *Tratados da Terra e Gente do Brasil* [1584?]. Transcrição do texto, introdução e notas de Ana Maria Azevedo. Lisboa: CNCDP.
- CÉSPEDES DEL CASTILLO, Guillermo (1992), *El tabaco en Nueva España*. Madrid: Real Academia de la Historia.

- COOPER, John M. (1987), «Estimulantes e Narcóticos» in *Suma Etnológica Brasileira*, coord. Berta G. Ribeiro. Petrópolis: Vozes/Finep.
- COROMINAS, J. (1984-1986), *Diccionario Critico Etimológico Castellano e Hispânico*. Madrid: Gredos.
- DIAS, Carlos Malheiro (dir.) (1924), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III. Porto: Litografia Nacional.
- DICKSON, Sarah Augusta (1954), *Panacea or Precious Bane. Tobacco in Sixteenth Century Literatura*. Nova Iorque: The New York Public Library.
- Fénix (A) Renascida ou Obras poéticas dos melhores engenhos portugueses, segunda vez impresso e acrescentado por Matias Pereira da Silva* (1746). Lisboa: na Offic. dos Herd. de António Pedrozo Galram.
- GARCÍA PARÍS, Julia (1991). *Intercambio y difusión de plantas de consumo entre el nuevo y el viejo mundo*. Madrid: Ministerio de Agricultura.
- GÓIS, Damião (1566-67), *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel*. Lisboa: Em casa de Francisco Correa.
- GONDOLFF, E.(1914), *Le tabac sous l'ancienne monarchie, la Ferme Royale, 1629-1791*. Vesoul: Cival.
- JAKOVSKY, Anatole (1963), *Défense et illustration de la pipe*. Paris: Flammes et Fumées.
- KELL, Katharine T. (1966), "Folk Names for Tobacco", *The Journal of American Folklore*, vol. 79, n.º. 314, Out.-Dez., pp. 590-599.
- LEITE, Serafim (1965), *Novas Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LERY, Jean de (1975), *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil [1578]*. Edição, apresentação e notas de Jean-Claude Morisot. Genebra: Librairie Droz.
- LIBERMANN, Gisèle & Conrad (1975), *Les civilisations du tabac: signification rituelle et sociale chez les Indiens d'Amérique*. Separata de *Flammes et fumées*, n.º 73. Paris: S.E.I.T.A.
- LINK, Heinrich Friedrich (1803), *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*. Paris: Levrault, Schoell et Cie.
- MAFFRE, Claude (1994), *L'oeuvre satirique de Nicolau Tolentino*. Paris: Centre Culturel C. Gulbenkian.
- MARGARIDO, Alfredo (1994), *As surpresas da flora no tempo dos descobrimentos*. Lisboa: Elo.
- MELO, Francisco Manuel de (1651), *Carta de Guia de casados*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana.
- MONARDES, Nicolás (1580), *La historia medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales [1571]*. Sevilha: En casa de Fernando Diaz.
- MORÃO, Simão Pinheiro (1965), *Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco [c.1677]*. Leitura e nótulas do Dr. Jaime Walter. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- NÓBREGA, Manuel da (1955), *Cartas do Brasil e mais escritos (Opera Omnia)*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis.
- NUÑEZ JIMÉNEZ, António (1992), *Colón, Cuba y el tabaco*. Madrid: Tabacalera.
- PARDO TOMÁS, José & LÓPEZ TERRADA, María Luz (1993), *Las primeras noticias sobre plantas americanas en las relaciones de viajes y crónicas de Indias (1493-1553)*. Valência: Instituto de Estudios Documentales e Historicos sobre la Ciencia.
- PÉREZ VIDAL, José (1959), *España en la historia del tabaco*. Madrid: Edit. Centro de Estudios de Etnologia Peninsular, C.S.I.C.
- RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel (1993), *Diccionario histórico del tabaco*, Madrid: Cetarsa.

RUDERS, Cari Israel (1980), *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da (1986), *A ‘Censura do Tabaco’ do P^e. Jerónimo da Mota e dois escritos de Ribeiro Sanches*. Braga: Arquivo Distrital de Braga-Universidade do Minho.

SOUSA, Gabriel Soares de (1974), *Notícia do Brasil [1587]*. Comentário e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo: Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura.

VASCONCELOS, Simão de (1865), *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil... [1663]*, 2^a ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

VIGIÉ, Marc & Muriel (1989), *L’herbe à Nicot*. Paris: Fayard.